



Anais da Assembléia

D.A. 041

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Rery Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1998
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Doutor Rosinha e Augustinho Zucchi.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X E P E D I E N T E :

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o desentranhamento da documentação do Projeto de Resolução nº 33/97, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 594

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor IVAMAR VALMOR SCARAMELLA, ocorrido em 18.04.98 na Cidade de União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 18 último, faleceu, com a idade de 41 anos, o Senhor IVAMAR VALMOR SCARAMELLA, deixando viúva Dona Sônia Mara Lell Scaramella e dois filhos.

Ivamar, que era empresário em União da Vitória, deixou enorme lacuna não apenas entre os familiares, mas entre seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

Ivamar Valmor Scaramella era filho do saudoso Deputado Domicio Scaramella.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de Seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Ivamar.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Ivamar Valmor Scaramella, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida, Senhor, abençoi a família de Ivamar Valmor Scaramella

para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça.

É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Ivamar sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Scaramella, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Nezzi, pelo falecimento do Senhor SOVENIR CELESTINO NEZZI, do Município de Salto do Lontra - PR.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tronco de uma grande família, o Senhor SOVENIR CELESTINO NEZZI, deixa esposa, filhos. A eles, deixa também como legado uma vida toda de correção, honestidade e integridade.

Participou ativamente da vida comunitária da cidade que escolheu para viver.

O Município de Salto do Lontra encontra-se em estado de profunda consternação. As pessoas que conviveram com ele são testemunhas da sua retidão, caráter firme, benevolência e amizade. Abriu-se uma grande lacuna e um sentimento de tristeza e saudade se abateram sobre a comunidade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de pêsames e condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 588

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de PRIMEIRO DE MAIO, voto de congratulações pela passagem de seu aniversário no dia 01.05.98.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 589

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de VENTANIA, voto de congratulações pela passagem de seu aniversário no dia 14.05.98.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 590

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de URAÍ, voto de congratulações pela passagem de seu aniversário no dia 11.05.98.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 591

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de LUPIONÓPOLIS, voto de congratulações pela passagem de seu aniversário no dia 05.05.98.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 592

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de MARINGÁ, voto de congratulações pela passagem de seu aniversário no dia 10.05.98.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 593

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de ASSAÍ, voto de congratulações pela passagem de seu aniversário no dia 01.05.98.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 595

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de GUARATUBA pelo transcurso de seus 227 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Everson Ambrósio Kravetes, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor Miguel Jamur, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que a população de Guaratuba irá comemorar mais um aniversário da emancipação política de seu município, no próximo dia 29 de abril corrente.

Parabenizamos a todos pelo trabalho conjunto que continuam desenvolvendo em prol do crescente progresso de Guaratuba.

Toda a população de Guaratuba, nesta significativa data, merece o nosso reconhecimento e admiração pela colaboração que vêm prestando através de um eficiente trabalho, visando o desenvolvimento cada vez mais acentuado do Município litorâneo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, cumprimenta a laboriosa população na certeza de que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de louvor ao Senhor ONOFRE FRIZZAS, pelos relevantes serviços prestados a coletividade.

Outrossim, requer ainda que seja dado ciência ao homenageado, sito à Rua Alan Kardec, 403 - Campo Alto - CEP 83408-090 - Colombo, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor ONOFRE FRIZZAS, para o qual proponho voto de louvor, nascido em 07.10.29, é natural de Monte Alto, Estado de São Paulo, residente e domiciliado neste Estado há 47 anos, casado com a Senhora Terezinha Ribinski Frizzas, com que teve uma filha: Dalva Terezinha Frizzas, foi ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná em 12.12.68.

O Pastor Onofre Frizzas, que há vários anos é uma pessoa atuante no meio evangélico, dirigiu diversas igrejas, em diversos bairros desta Capital e Região Metropolitana, tais como: Planta Capão Raso; Capão Raso; São José dos Pinhais; Ivaiporã; São Mateus do Sul; Paranaguá; Nova Esperança; Pinhais, Quitandinha e Colombo, onde preside atualmente. Além das atividades eclesiais, o Senhor Onofre Frizzas, também dedicou sua vida organizando e presidindo diversas instituições e caráter assistencial, educacional e cultural, sempre procurando atender da melhor forma possível aqueles menos favorecidos, não só da sua denominação, mas da comunidade como um todo.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor Onofre Frizzas, reconhecendo também que o homenageado é portador de alto espírito de solidariedade humana, fato que me leva a propor o presente voto de louvor.

REQUERIMENTO Nº 597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja registrado nos

Anais da sessão de hoje, voto de louvor ao Senhor ORLANDO MICHELS, pelos relevantes serviços prestados a comunidade.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado, sito à Av. Doutor João Cândido, 89 - CEP 83430-000, no Município de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor ORLANDO MICHELS, para o qual proponho voto de louvor, é natural de Garuva, Estado de Santa Catarina, nascido em 08.02.45, residente e domiciliado neste Estado há mais de 33 anos, casado com a Senhora Maria da Glória Michels, com quem teve quatro filhos: Beatriz Michels, Orley Michels, Aguilar Michels e Bianca Gracelli Michels, ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 12.12.94.

O Pastor Orlando Michels, que há vários anos é uma pessoa atuante no meio evangélico, dirigiu diversas igrejas, em diversos bairros desta Capital e Região Metropolitana, tais como: Jardim Paulista; Praça da Serra, Jardim Paraná; Borda do Campo; Jardim Santa Rosa; Jardim Araçatuba; Quatro Barras e Campina Grande do Sul, onde é pastor presidente atualmente. Além das atividades eclesiásticas, o Senhor Orlando Michels, também dedicou sua vida organizando e presidindo diversas instituições e caráter assistencial, educacional e cultural, sempre procurando atender da melhor forma possível aqueles menos favorecidos, não só da sua denominação, mas da comunidade como um todo.

O Pastor Orlando Michels é também membro do Conselho Tutelar de Campina Grande do Sul e Dirigente responsável pelos trabalhos eclesiásticos, realizados na Penitenciária Central do Paraná e Colônia Penaf Agrícola, onde freqüentemente são realizadas visitas aos penitentes, levando-lhes conforto e apoio moral, no sentido de recuperá-los e prepará-los para o seu retorno à sociedade.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor Orlando Michels, reconhecendo também que o homenageado é portador de alto espírito de solida-

riedade humana e, portanto, merecedor do presente voto de louvor, que ora proponho.

REQUERIMENTO Nº 598

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de louvor ao Senhor JOSÉ JOAQUIM FERREIRA, pelos relevantes serviços prestados a comunidade.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado, sito à Rua Taubaté, 14 - Vila Eletrosul, CEP: 85980-000, Guaíra, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor JOSÉ JOAQUIM FERREIRA, para o qual proponho voto de louvor, é natural de Viçosa, Estado de Alagoas, nascido em 24.03.63, residente e domiciliado neste Estado há 38 anos, casado com a Senhora Luzia Rodrigues Ferreira, com quem teve cinco filhos: Moacir Ferreira, Luzinete Ferreira, Mauro Ferreira, Eliete Ferreira e Ivette Ferreira, foi ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 24.03.63.

O Pastor José Joaquim Ferreira, que há vários anos é uma pessoa atuante no meio evangélico, dirigiu diversas igrejas, em diversas cidades de nosso Estado, tais como: Assai, Ibiporã; Bela Vista do Paraíso; Campo Mourão; Ponta Grossa; Maringá; Londrina; Telêmaco Borba e Paranaguá, onde jubilou-se, atualmente residindo no Município de Guaíra, é uma espécie de conselheiro para as novas gerações de Ministros Evangélicos, recém ordenados.

O Pastor José Joaquim Ferreira, foi Diretor da Confederação Evangélica de Assistência Social - Lar Esperança, Diretor de Missões da CIEADEP, Conselheiro da Casa Publicadora das Assembléias de Deus no Brasil - CPAD, de 1981 à 1985; Diretor da Casa de Repouso Oscar Andersen - CROA, no Município de Guaratuba; e Presidente da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná; de 1972 à 1973.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor José Joaquim Ferreira, reconhecendo também que o homenageado é portador de alto espírito de solidariedade humana e, portanto, merecedor do presente voto de louvor, que ora proponho.

REQUERIMENTO Nº 599

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de louvor ao Senhor NESTOR KRUPNISKI, pelos relevantes serviços prestados a comunidade.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado, sito à Rua José Bonifácio, 354, Caixa Postal 044, CEP: 83430-000, no Município de Guaratuba, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor NESTOR KRUPNISKI, para o qual proponho voto de louvor, é natural de Paulo Frontin, nascido em 20.09.39, casado com a Senhora Leonilda Prestes Ferreira Krupniski, com quem teve quatro filhos: Samuel Krupniski; Gesiel Krupniski (in memoriam); Silvano Krupniski; e pai por adoção de Edilsa das Neves Lopes Krupniski (adotada aos três anos de idade); ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 14.02.85.

O Pastor Nestor Krupniski, que há vários anos é uma pessoa atuante no meio evangélico, dirigiu diversas igrejas, em diversas cidades neste Estado, tais como: Rebouças, Ibaiti, Terra Roxa e Guaratuba, onde é pastor presidente atualmente.

Além das atividades eclesiásticas, o Senhor Orlando Michels, também dedicou sua vida organizando e presidindo diversas instituições e caráter assistencial, educacional e cultural, sempre procurando atender da melhor forma possível àqueles menos favorecidos, não só da sua denominação, mas da comunidade como um todo, abdicando-se inclusive, das suas atividades comerciais como empresário, para dedicar-se

exclusivamente à esta missão, a partir da data de sua ordenação.

O Pastor Nestor é também membro das Comissões de Crivo e Transferência e Presidente da Primeira Região Eclesiástica da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus, no Estado do Paraná, que compreende os seguintes municípios: Antonina, Curitiba, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Rio Branco do Sul, e Presidente da Assistência Social "Bom Samaritano", no Município de Guaratuba.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor Nestor Krupniski, reconhecendo também que o homenageado é portador de alto espírito de solidariedade humana e, portanto, merecedor do presente voto de louvor, que ora proponho.

REQUERIMENTO Nº 600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de louvor ao Senhor ISAÍAS GUEDES, pelos relevantes serviços prestados a comunidade.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado, sito à Av. Brasil, 1560 - CEP 86870-000, no Município de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor ISAÍAS GUEDES, para o qual proponho voto de louvor, é natural de Guarapuava, nascido em 21.01.49, casado com Alair Dales Guedes, com quem teve cinco filhos: Marcelo Dales Guedes; Isac Dales Guedes; Enéas Dales Guedes; Douglas Dales Guedes; Jonatan Dales Guedes e Simone Cristina Guedes, ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 14.02.85.

O Pastor Isaías Guedes, que há vários anos é uma pessoa atuante no meio evangélico, dirigiu diversas igrejas, em diversas cidades tais como: Nova Londrina, Guaíra, Palmital, Pinhão, Foz do Areia, Faxinal do Céu e Ivaiporã, onde é pastor presidente

atualmente. Além das atividades eclesásticas, Pastor Isaías Guedes também organizou diversas instituições de caráter assistencial, educacional e cultural nas cidades por onde passou.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor Orlando Michels, reconhecendo também que o homenageado é portador de alto espírito de solidariedade humana e, portanto, merecedor do presente voto de louvor, que ora proponho.

REQUERIMENTO Nº 610

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal JOSÉ AMARAL e JÚLIA DE PAULA FERREIRA AMARAL, que completará 49 anos de união conjugal em 27.04 do corrente, celebrando "BODAS DE SAFIRA".

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 612

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal MERCEDES E ACIR KNAP, que completará 50 anos de união conjugal em 17.04, celebrando "BODAS DE OURO".

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 613

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que firma o presente instrumento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos desta sessão, os votos de congratulações deste Poder Legislativo, aos Padres Anuar Battisti e Irineu Roque Scherer, ambos do Oeste do Paraná, por suas nomeações como Bispos da Diocese de Toledo, Paraná, e da Diocese de Garanhuns, Pernambuco, respectivamente.

Requer também que sejam inseridos na Ata dos Trabalhos da mesma sessão, os currículos dos nomeados pelo Papa João Paulo II.

Requer ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência aos homenageados, através de correspondência a ser encaminhada a Mitra Diocesana de Toledo, Caixa Postal 220 - CEP 85900-970 - Toledo, Paraná.

REQUERIMENTO Nº 601

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, o envio ao Excelentíssimo Senhor FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Presidente da República Federativa do Brasil e ao Excelentíssimo Senhor PAULO RENATO DE SOUZA, Ministro da Educação, de moção de apoio ao movimento (greve) reivindicatório dos docentes, servidores técnicos e discentes das Universidades Federais.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(aa) DOUTOR ROSINHA
ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Desde o início de seu governo o professor, e agora Presidente, Fernando Henrique Cardoso, tem pautado sua política e administração na destruição do serviço público e no caso específico das Universidades Federais. Deliberadamente tem patrocinado e executado um processo de sucateamento da universidade pública no País, fazendo parte desta política o não reajuste de salários, já historicamente defasado, que só em seu governo, o acumulado chega a cerca de 50%; a não contratação de professores e servidores; o corte de verbas para investimentos; a redução do número de bolsas de estudos, etc.

Essa política executada tem um objetivo final: favorecer o setor privado de ensino, em todos os níveis e privatizar as instituições de ensino público existentes no País. Política esta de destruição, pois sabemos que sem universidades públicas e pesquisas não temos independência intelectual e científica, portanto não temos nação.

Entre outras, pelas razões acima é que apoiamos e entendemos como justas todas as reivindicações da comunidade universitária de nosso País.

Ao aprovar esse Requerimento nosso Parlamento não só demonstra o apoio ao movimento, mas também solicita das autoridades responsáveis o atendimento do pleito feito pelos professores, alunos e servidores técnicos das universidades.

REQUERIMENTO Nº 607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador HENRIQUE LENZ CÉSAR, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando o envio de uma proposta de Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 572/96, visando criar o Distrito Judiciário de Passaúna (Município de Campo Magro), na Comarca de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do presente é de requerer envio de expe-

diente ao Desembargador Henrique Lenz César, Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando que seja enviado a esta Assembleia Legislativa proposta de emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 572/96, criando o Distrito Judiciário de Passaúna, do Município de Campo Magro, na Comarca de Almirante Tamandaré.

Justifica-se a presente proposição, pelo grande progresso alcançado pela comunidade local nesta última década e pela criação do Distrito Administrativo de Passaúna, através da Lei Municipal nº 42/98.

REQUERIMENTO Nº 608

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores no Município de São José dos Pinhais, no Bairro do Roseira, os quais pedem policiamento ostensivo neste bairro, principalmente na Rua Miguel Jarek.

Muitos marginais reúnem-se em uma praçinha existente nas proximidades e assaltam as pessoas em pleno dia. A situação é realmente crítica e necessita urgentemente de providências.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 609

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, no sentido de atender o pedido da Senhora MARIA DE LURDES BATISTA, residente à Rua Silvestre Kalenetz, 150 - Bairro do Tarumã, a qual solicita a limpeza do mato e do lixo existente em baixo do Viaduto Azul, localizado em frente ao Santuário Nossa Senhora de Fátima, na BR-116. Afirma-nos que o local está muito sujo e até existem pessoas que estão lá morando.

Informações complementares, se necessárias, podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 262-9247.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 611

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, no sentido de atender o pedido da Senhora BELA TEREZINHA RETCHESKI, a qual solicita a abertura de valetas e colocação de manilhas em frente ao nº 751, Lote 4 da Quadra 19, da Rua João Mangi - Jardim Santa Rosa. O proprietário quer construir no terreno e necessita dos benefícios solicitados para poder entrar com o material no terreno.

Informações complementares, se necessárias, podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 358-6613 (recados).

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 123/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a destinação de embalagens de agrotóxicos, seus componentes e afins.

§ 1º - Para efeito do disposto nesta lei, entende-se por embalagem todo e qualquer recipiente destinado ao acondicionamento de agrotóxicos, seus componentes e afins.

§ 2º - Entende-se por agrotóxicos, componentes e afins:

- I. os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;
- II. substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes,

estimuladores e inibidores de crescimento, bem como os princípios ativos, os produtos técnicos, suas matérias-primas, os ingredientes inertes e aditivos usados na fabricação de agrotóxicos e afins.

§ 3º - As indústrias de agrotóxicos adotarão medidas visando a adequação das suas embalagens ao disposto nesta lei.

Art. 2º - As indústrias produtoras de agrotóxicos, seus componentes e afins são responsáveis pela destinação final de suas embalagens.

Parágrafo Único - As embalagens de que trata o "caput" deste artigo poderão ser reutilizadas pelas indústrias, desde que para o mesmo fim, dependendo para tanto de prévio licenciamento dos órgãos públicos competentes.

Art. 3º - Fica proibido qualquer processo de reutilização, reciclagem, incineração ou aterramento das embalagens de agrotóxicos, com exceção da forma disposta no artigo anterior.

Art. 4º - O usuário deve devolver as embalagens acima mencionadas ao comerciante ou à indústria produtora, sendo que antes deverão passar por um processo de triplice lavagem, na origem.

Parágrafo Único - O depositário deverá manter local próprio para o armazenamento das embalagens, sendo que as mesmas serão identificadas, selecionadas e separadas por fabricante para facilitar a destinação final.

Art. 5º - Estarão sujeitos ao prévio licenciamento do órgão ambiental estadual competente todos os estabelecimentos que realizarem o armazenamento das embalagens de agrotóxicos.

§ 1º - O órgão público competente poderá autorizar a utilização conjunta de um único depósito por mais de um estabelecimento comercial ou usuário.

§ 2º - A autorização para funcionamento de estabelecimento que comercialize agrotóxicos, seus componentes e afins estará condicionada ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 6º - As embalagens armazenadas pelos estabelecimentos referidos no artigo anterior deverão ser reco-

lhidas pela indústria produtora com periodicidade de 3 (três) meses.

Art. 7º - Os estabelecimentos que comercializem agrotóxicos, seus componentes e afins deverão manter registro de controle de usuário, nas quais serão anotadas a cada venda:

I. a data, o nome comercial, a quantidade e o tipo da embalagem comercializada, cópia do receituário agrônomo e o prazo de validade.

§ 1º - O comerciante deverá apresentar ao órgão público competente relatório trimestral dos agrotóxicos vendidos, bem como das embalagens resstituídas, nos termos do inciso I deste artigo.

§ 2º - À indústria produtora ou se representante legal deverá apresentar relatório anual ao órgão competente dos agrotóxicos vendidos, das embalagens recebidas e qual a sua destinação final, nos termos do inciso I deste artigo.

Art. 8º - O prazo de devolução pelo usuário da embalagem vazia ou com validade do produto vencida não excederá a 90 (noventa) dias, contado da data de expiração da sua compra.

Art. 9º - O Estado em campanhas educativas orientará sobre a destinação final das embalagens de agrotóxicos.

Art. 10 - Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis, a infração às disposições desta lei acarretará a aplicação das seguintes sanções, isolada ou cumulativamente, independente das medidas cautelares aplicáveis:

- I. advertência;
- II. multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo a R\$ 100,00, e no máximo a R\$ 50.000,00, agravada em casos de reincidência específica e conforme dispuser o regulamento;
- III. suspensão ou cancelamento da autorização, registro ou licença legalmente expedida;
- IV. embargo da obra;
- V. interdições de atividades.

§ 1º - O valor da multa deverá ser atualizado pelo índice de correção aplicável à espécie.

§ 2º - A pena de multa não deverá ser inferior ao benefício econômico esperado pelo infrator com sua atividade ou conduta.

§ 3º - A pena de multa administrativa poderá ser aumentada até cem vezes, se a autoridade considerar que, em virtude da situação econômica do agente, a multa é ineficaz, ainda que aplicada no seu valor máximo.

Art. 11 - As embalagens vazias e os agrotóxicos com data de validade vencida, em estoque em poder do usuário anterior a esta lei, deverão ser devolvidos para o comerciante ou indústria produtora no prazo de 1 (um) ano da data de publicação desta lei.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto trata da destinação das embalagens de agrotóxicos consumidos no País. Sabe-se que somente no Estado do Paraná, segundo estimativa feita pela Secretaria Estadual da Agricultura, são descartadas 20 milhões de embalagens por ano, sem que lhe seja dada destinação adequada.

Tais embalagens possuem alto potencial poluidor e são muitas vezes jogadas em corpos d'água ou grotas, queimadas ao ar livre, enterradas, ou simplesmente reaproveitadas para outras finalidades na propriedade rural, sem nenhum controle por parte das autoridades ambientais e sanitárias.

A questão da destinação do lixo tóxico constitui um dos temas mais conflitantes e um dos problemas mais relevantes encarados pelo Poder Público na atualidade. Entre os fatores que contribuem mais intensamente para o aumento do volume destes resíduos perigosos estão as embalagens de agrotóxicos, seus componentes e afins, que são de difícil descontaminação, pois os produtos referidos têm capacidade de permanecerem ativos por longos e, as vezes, indeterminados períodos, podendo reagir com as substâncias circundantes das mais diferentes formas.

Em muitos imóveis rurais se verifica a acumulação crescente das embalagens vazias de agrotóxicos, sendo que a sua disposição incorreta pode

propiciar a mistura dos seus princípios ativos, que podem reagir entre si e com os demais elementos circundantes, provocando reações perigosas e, muitas vezes, imprevisíveis.

A queima ou o enterro das embalagens também não garante necessariamente a segurança do usuário, nem do meio que o circunda, pois os processos de contaminação são complexos e seu controle foge da capacidade de previsão de análise por parte do usuário.

A Lei Federal nº 7.802/89, que trata especificamente dos agrotóxicos, seus componentes e afins, não aborda de maneira coordenada a questão da destinação final das embalagens. Apesar de haver dispositivo proibindo a reembalagem dos produtos para fins de comercialização, salvo quando efetuada pelo fabricante, a referida lei não estabelece exigências quanto a destinação final das embalagens vazias, não sancionando dessa forma os procedimentos de descarte altamente nocivos ao meio ambiente.

Quanto a competência para legislar sobre o uso dos agrotóxicos, dispõe o artigo 10 da Lei nº 7.802/89 que:

"Art. 10 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos dos artigos 23 e 24 da Constituição Federal, legislar sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como fiscalizar o uso, o consumo, o comércio, o armazenamento e o transporte interno".

A Constituição do Estado do Paraná prescreve que é dever do Estado a defesa do meio ambiente, englobando o controle dos agrotóxicos, como se verifica pela transcrição do artigo 207, "caput" e inciso VIII do Parágrafo 1º:

"Art. 207 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º - Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

VIII. regulamentar e controlar a produção, a comercialização, as técnicas e os métodos de manejo e utilização das substâncias que comportem risco para a vida e para o meio ambiente, em especial agrotóxicos, biocidas, anabolizantes, produtos nocivos em geral e resíduos nucleares;"

Vê-se portanto, que o Poder Público tem o dever de adotar todas as medidas necessárias tendentes a preservar o meio ambiente, referindo-se o legislador constituinte especialmente aos agrotóxicos, já que o Estado do Paraná é um Estado eminentemente agrícola.

Além da competência e dever do Estado acima referido é de se ressaltar que a solução para o problema das embalagens de agrotóxicos tem sido antiga reivindicação da comunidade paranaense, destacando-se as entidades e pessoas ligadas à agricultura, meio ambiente e saúde, incluindo neste rol os técnicos das instituições públicas, os quais são diretamente responsáveis pelo controle dos agrotóxicos e sua repercussão no meio ambiente e na vida humana, mas que não dispõe de instrumental jurídico adequado sobre a utilização e destinação final das embalagens de agrotóxicos.

PROJETO DE LEI Nº 124/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor PASCHOAL PIRAGINI JÚNIOR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O título de Cidadão Honorário do Paraná, que ora proponho, seja concedido ao Senhor PASCHOAL PIRAGINI JÚNIOR, atende o disposto na Lei nº 5.638/67, publicado no Diário Oficial do Estado, no dia 14.09.67.

O Senhor Paschoal Piragini Júnior, é natural de São Paulo, Estado de São Paulo, nascido em 09.11.58, filho de Paschoal Piragini Neto e de Letícia Beausells, casado com a Senhora Cleusa

Ferreira Piragini, com quem teve dois filhos: Michel Ferreira Piragini e Kelly Ferreira Piragini.

O Senhor Paschoal Piragini Júnior, que em 20.09.80 foi ordenado Ministro Evangélico, pela Convenção Batista do Paraná, presidiu por oito anos a Igreja Batista de Água Branca, Estado de São Paulo, e há dez anos preside a 1ª Igreja Batista de Curitiba, foi presidente do Seminário Batista do Estado de São Paulo, vice-Presidente da Convenção Batista Nacional, diretor nacional da Junta de Missões da Igreja Batista brasileira, presidiu também o Colégio Batista e o Seminário Batista da Região Sul, e membro do Conselho de Administração da Sociedade Evangélica de Curitiba.

O Pastor Paschoal Piragini Júnior, é reconhecido e respeitado na comunidade em que vive, pelos relevantes trabalhos que desenvolve em prol da coletividade, não só de orientação espiritual, mas também pelos projetos que realiza na área social, cultural e educacional, desenvolvendo atividades diversas de apoio e orientação a pessoas e famílias carentes, procurando integrá-las a comunidade, oferecendo-lhes melhores condições de vida, tornando-os assim um líder espiritual, para toda região, independente de credo, cultura, raça ou cor.

Por esses méritos, é que proponho a concessão do título de Cidadão Honorário de nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 125/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os responsáveis pela confecção, distribuição, veiculação, ou afixação de faixas, painéis, volantes, placas indicativas ou de publicidade, "out doors", anúncios, panfletos e demais meios de divulgação, inclusive através da imprensa, zelarão pela correção ortográfica dos textos utilizados e serão responsabilizados em caso de erro.

Parágrafo Único - Não se aplica ao disposto neste artigo:

I. às expressões ou frases escritas ou faladas intencionalmente do forma não usual, como característica de um personagem, estabeleci-

mento, publicação, mensagem publicitária ou institucional;

II. aos jargões jornalísticos ou publicitários;

III. aos nomes próprios e patrocínios, ainda que grafados de forma não usual;

IV. às denominações de fantasia e nomes comerciais;

V. às entrevistas ao vivo ou gravadas;

VI. aos estrangeirismos.

Art. 2º - Constatado o erro ortográfico, será notificado o responsável pela divulgação, a fim de que este providencie a sua correção, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 3º - A não observância do disposto no artigo anterior implicará na aplicação de multa de até 200 (duzentas) OFIR.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Todos sabemos que a Língua Portuguesa é complexa, e não raro nos vemos falando ou escrevendo com erros. Contudo, não se pode aceitar que empresas publicitárias e veículos de divulgação cometam constantemente erros de ortografia, principalmente no que tange a anúncios, placas, "out doors", e outros meios de divulgação.

Ora, estas empresas e profissionais, devem zelar pela ortografia, escrevendo corretamente os anúncios, painéis, placas, faixas e outros instrumentos de divulgação. Trata-se de dispensar um mínimo de respeito pela nossa Língua, pois o uso correto da ortografia expressa também o apreço que determinado povo tem pela sua cultura.

O projeto em questão não visa dificultar a vida de quem quer que seja, até porque prevê um prazo para a correção do erro ortográfico, e sim visa exigir um pouco mais de cuidado e zelo por parte daqueles profissionais

e empresas que atuam no ramo de divulgação.

O Paraná tem se destacado em muitos aspectos em relação aos demais Estados da Federação, e certamente o será em mais um, ao criar uma lei desta natureza, que exige mais respeito pela ortografia da Língua Portuguesa.

Desta forma, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta colenda Casa, para que possamos oferecer ao povo paranaense um mecanismo importante de zelo pela nossa Língua Portuguesa.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 095/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 008/98, que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, a Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, parte do imóvel de sua propriedade, denominado Lar Escola Hermínia Lupion, nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR**

NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a Emenda.

Aprovada.

Em votação o Projeto.

Aprovado.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 018/98, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Marino Pereira. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 027/98, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Arleto Zacarias da Silva Júnior. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 727/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública o Clube Literário e Recreativo 13 de Maio, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D. A. n.º 227/97, de 15.12.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 727/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube Literário Recreativo 13 de Maio, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.04.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 070/98, de autoria do Deputado Remy Borsatto, que declara de Utilidade

Pública a Casa da Criança de Santana do Itararé, com sede e foro no Município de Santana do Itararé. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 26/98, de 30.03.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 070/98

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Reny Borsatto, visa declarar de Utilidade Pública a Casa da Criança de Santana do Itararé.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificamos que a matéria não está dentro das técnicas legislativas.

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 14.04.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

EMENDA CORRETIVA

PROJETO DE LEI Nº 70/98

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa da Criança de Santana do Itararé, com sede e foro no Município de Itararé.

Sala das Comissões, em 14.04.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/98, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Santa Rita II, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 026/98, de 30.03.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 077/98

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Santa Rita II, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa

impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.04.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/98, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Lar da Vovó Santa Albertina, com sede e foro no Município de Tapejara. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 030/98, de 01.04.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 089/98

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Edno Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Lar da Vovó Santa Albertina, com sede no Município de Tapejara.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.04.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/98, de autoria do Deputado João Tecchy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação Educativa Santa Olga, com sede e foro no Município de Prudentópolis. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 030/98, de 01.04.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 093/98

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado João Tecchy Filho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Educativa Santa Olga, com sede no Município de Prudentópolis.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.04.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Sobre a mesa, Requerimentos nºs 588 a 593, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 594 e 595, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 596 a 600, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 601, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 603, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 606, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 607, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 608 a 612, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 613, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declarar encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/98.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 727/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 070, 077, 089 e 093/98.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/98.

Levanta-se a sessão.

Portaria N.º 44/98

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

S O L V E :

- 1- mandar contar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, em favor de LOECY TEREZINHA WOSNE, mat. nº 40.559, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A", nos termos do art. 35, parágrafo 5º, da Constituição Estadual, o tempo de seis (06) anos, oito (08) meses e oito (08) dias de serviços prestados em atividades regidas pelo Decreto, nº 5.434/82, conforme Certidão do INSS, em anexo;

2- anotação, em ficha funcional, de quatro(04)quinqüênios, sendo o 1º, de 18 de maio de 1976 a 18 de maio de 1981; o 2º de 18 de maio de 1981 a 18 de maio de 1986; o 3º de 18 de maio de 1986 a 18 de maio de 1991 a 18 de maio de 1996, e respectivas vantagens, conforme Lei Estadual nº 10.068/92, combinada com o art. 170 e parágrafo único da Lei nº 6.174/70.

Portaria N.º 45/98

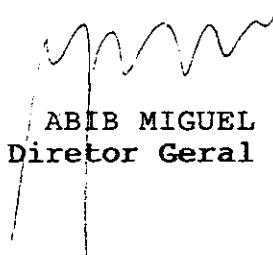
conceder, licença para tratamento de saúde, do servidor deste Poder Legislativo, ACIOLY BATISTA, por sessenta dias(60), a partir de 30/03/98, C.I.D., 571/4/2.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 02 de abril de 1998.

Portaria N.º 052/98

colocar à disposição do Tribunal de Justiça, a servidora JESSIKA AS TETE DA SILVA, ocupante do cargo de Dentista, deste Poder Legislativo, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 1998.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de abril de 1998


ABIB MIGUEL
Diretor Geral